INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDO SUPERIORES DO PIAUÍ

JEANE SILVA SANTOS

O CONHECIMENTO EM KANT A PARTIR DE SUA TEORIA DO A PRIORI FORMAL NA ANALÍTICA TRANSCENDENTAL

TERESINA - PI

2015

JEANE SILVA SANTOS

O CONHECIMENTO EM KANT A PARTIR DE SUA TEORIA DO A PRIORI FORMAL NA ANALÍTICA TRANSCENDENTAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Cod. 5816
100
S237c
Ex.02

TERESINA - PI
2015

IC - CPI - Biblioteca
13075 09/10/19

JEANE SILVA SANTOS

O CONHECIMENTO EM KANT A PARTIR DE SUA TEORIA DO A PRIORI FORMAL NA ANALÍTICA TRANSCENDENTAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de licenciado em Filosofia pelo Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, sob a orientação do Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana.

Aprovado em, _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana (ICESPI)
Orientador

_____

Professor(a) examinador(a)

_____

Professor(a) examinador(a)

TERESINA - PI
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por finalizar o curso de Licenciatura em Filosofia; a Pe. Wellistony Carvalho Viana, pela orientação da monografia, sem o qual não seria possível; a Pe. Joanilson, reitor do ICESPI, pela disposição da biblioteca e dos livros; a Pe. Aerton Marcos, pela correção ortográfica; a todos os colegas da turma; a Vanderlan e Frei Paulo, pelo apoio e amizade; particularmente á minha formação intelectual, espiritual e humana; e em especial ao meu amigo e namorado Macello Fonseca pelo apoio e incentivo, por ter sempre acreditado em minha capacidade.

"Quem não sabe o que busca, não identifica o que acha".

Immanuel Kant

RESUMO

Kant sistematiza a compreensão do a priori normal formal na sua obra crítica da razão pura. O conceito de a priori, sempre foi tema de pesquisa para Kant. Kant foi o primeiro a direcionar a filosofia para a elaboração crítica da razão, fazendo anteceder a todo discurso ontológico, um discurso epistemológico. A filosofia a partir de Kant, torna-se um discurso transcendental que examina as condições de possibilidade. Essas condições não vêm da experiência, por isso são a priori, pois é presumido na experiência de qualquer objeto. Kant rejeita a metafísica tradicional, levando a metafísica a uma crítica, o tema fundamental do kantismo. Acontece, a chamada "reviravolta copernicana", que muda a perspectiva objetivista da filosofia para subjetivista. O intuito de Kant, era, conduzir a metafísica a uma via segura, garantindo um conhecimento indubitável no campo da filosofia. Kant sintetiza o pensamento racionalista e empírico, surge os juízos sintéticos a priori, que poderia garantir um conhecimento cientifico e válido. Kant coloca a razão em um tribunal, na busca de juízos que coloca-se a metafísica em uma estrada segura, primeiramente Kant faz uma análise da sensibilidade descobre as formas da sensibilidade: espaço e tempo. Em seguida Kant investiga o intelecto para encontrar as formas do entendimento: categorias. O criticismo de Kant permite chegar à conclusão de que o conhecimento é produto de uma faculdade complexa, o resultado de uma síntese da sensibilidade e do entendimento.

Palavra-chave: Kant. A priori. A posteriori. Sintético. Analítico. Síntese. Juízo. Categoria. Sensibilidade. Objeto.

ABSTRACT

Kant provides further understanding of the formal a priori in his work *Critique of pure reason*. The concept of a priori has always been subject of research for Kant. Kant was the first to direct the philosophy for elaboration critique of reason, making precede the ontological discourse, one epistemological discourse. Philosophy from Kant becomes a transcendental discourse that examines the possibility of conditions. These conditions do not come from experience, so are a priori, as are assumed in the experience of any object. Kant rejects the traditional metaphysics, leading to a critical metaphysics, the fundamental theme of kantianism. It happens, the called "Copernican twist" that changes the objective perspective of philosophy to a subjectivist. The wish of Kant was driving metaphysics at a safe route, ensuring an undoubted Knowledge in the field of philosophy. Kant summarizes the rationalist and empirical thinking, while it arises an a priori synthetic judgments, which could ensure a scientific and valid knowledge. Kant put the reason in a court, seeking judgments that arises metaphysics in a safe road. First Kant makes a sensitivity analysis and find forms of sensibility: Space and time. Them Kant, investigates the intellect to find the forms of understanding: categories. The Criticism of Kant allows to reach the conclusion that Knowledge is the product of a complex faculty, the product of a complex faculty, the result of a synthesis of sensibility and understanding.

Key Words: Kant. Transcendental. A priori. A posteriori. Synthetic. Analytical. Category. Understanding. Object.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 AS FORMAS PRÓPRIAS DA SENSIBILIDADE-ESTÉTICA TRANSCENDENTAL
2.1 Espaço
2.2 Tempo
3 ANALÍTICA DOS CONCEITOS
3.1 A lógica transcendental Kantiana
3.2 Os conceitos puros do entendimento
4 ANALÍTICA DOS PRINCÍPIOS
4.1 O esquematismo dos conceitos puros do entendimento
4.2 Os princípios do entendimento puro
4.2.1 Do principio supremo de todos os juízos analíticos
4.2.2 Do principio supremo de todos os juízos sintéticos
4.2.3 Representação sistemática dos princípios sintéticos do entendimento puro
5 CONCLUSÃO
REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende mostrar a compreensão do conhecimento a priori kantiano, onde o mesmo tematizou na sua obra crítica da Razão pura, Kant foi o primeiro a voltar a filosofia para uma elaboração crítica da Razão, fazendo a filosofia anteceder a todo um discurso ontológico, para um epistemológico. A filosofia transcendental de Kant, teve como o objetivo justificar a possibilidade do conhecimento científico europeu do século XVIII, partindo da constatação de que nem o empirismo europeu (Bacon-Locke-Hume) e nem o racionalismo (descartes-Spinoza-Leibniz-Wollf), explicam com segurança a ciência.

De um lado estavam os empiristas que rejeitavam qualquer conhecimento, que fosse universal e válido, para as diversas experiências particulares. Para os empiristas, o conhecimento derivaria de outra faculdade: a sensibilidade, do outro lado estavam os racionalistas que afirmavam a universalidade advinda da razão, e rejeitavam os dados sensíveis na elaboração do conhecimento válido. Para o racionalismo, o conhecimento seria produto de uma simples faculdade: a razão. Os empiristas defendiam o conhecimento a posterior e os racionalistas o conhecimento a priori.

Toda essa discursão a respeito do conhecimento, colocava a metafisica, no campo vulnerável, ou seja, sem segurança, o primeiro intuito de Kant foi conduzir,a metafisica a um caminho indubitável, no campo da filosofia, ou seja, a metafisica precisava encontrar seu objeto especifico de estudo, já que a matemática, física e lógica haviam conseguido delimitar seu objeto e método.

Kant, que se educou sob influência do racionalismo de wolff, declara que o ceticismo de Hume o fez despertar do seu sono dogmático e deu as suas investigações outro caminho na filosofia especulativa, uma orientação totalmente diversa, Kant passa então a indagar sobre as condições e os limites do conhecimento humano, bem como suas possibilidades.

As duas correntes percorriam com juízos diversos, Kant coloca então a filosofia em um "Tribunal", fazendo perguntas como: o que sabemos? O que posso saber? Qual o limite do conhecimento humano no mundo? Quais os limites da Razão? Kant faz assim uma crítica ao racionalismo em sua pretensão de fazer a

razão a única fonte de conhecimento, como também critica os empiristas, que a firmava um conhecimento apenas através da experiência.

A acontece então assim a chamada "reviravolta copernicana", ou seja, não é mais o sujeito que deve girar em torno do objeto e sim ao contrário, e o sujeito que deve girar em torno dos objetos, ou seja, o objeto é que deve se adequar as condições, a priori, impostas pelo sujeito, sendo que essas condições na advém da experiência de qualquer objeto, tendo assim o caráter a priori. Kant tem como proposito tanto colocar a filosofia numa "trilha segura, como encontrar uma via de conciliação entre empiristas e racionalistas, colocando assim a metafisica em bases seguras e sua aplicação a toda experiência possível. Mas que juízos são esses que podem ao mesmo tempo serem universais e também alargar o conhecimento da ciência? Kant faz então a grande descoberta da existência de uma terceira classe de juízo: os juízos sintéticos a priori, que são universais e necessários, como os analíticos, mas permitem ampliar nossos conhecimentos. Kant compreende assim, que só voltando o conhecimento a um discurso epistemológico, e através dos juízos sintéticos a priori; que a ciência poderia garantir uma universalidade. O problema é saber se tais juízos são possíveis na metafisica.

Diante do exposto, o que vai nortear a contribuição da pesquisa Kantiana é o descobrimento das formas da sensibilidade e das categorias a priori do intelecto humano, tendo como ponto o discurso do conceito de a priori. É exatamente essas formas a priori que Kant volta toda a sua filosofia e que serão demonstradas ao transcorrer de toda esta pesquisa, para descobrir as formas da sensibilidade e do entendimento. Kant afirma que o conhecimento humano é produzido a partir de duas fontes: a sensibilidade e o intelecto, para descobrir tais formas Kant primeiramente analisa a sensibilidade para encontra suas formas a priori (primeira parte da crítica-estética transcendental), encontra espaço e tempo como formas a priori da sensibilidade, depois faz uma análise sobre as formas a priori do intelecto (primeira parte da lógica transcendental), Kant descobre as categorias a priori do entendimento.

Esta determinada pesquisa limitara-se na elucidação da estética transcendental, que será o primeiro capitulo, e nos dois livros da analítica transcendental, que divide-se em analítica dos conceitos, segundo capitulo da pesquisa, Analítica dos princípios, terceiro capitulo. E na analítica transcendental que Kant pretende alcançar quatro objetivos, mostra que as formas do intelecto não

vêm da experiência, que tais formas pertencem ao intelecto e não a sensibilidade, ou seja, não são apenas elementos subjetivos, que elas são conceitos elementares que fundam todos os outros, e que as formas a priori possuem um elenco completo. Toda a busca Kantiana para encontra as formas a priori parte de conceitos elementares ou categorias até organizar princípios que são validos para qualquer outra forma de juízo. Sendo que a analítica em sua primeira parte trata da descoberta dos conceitos puros ou categorias e segunda, chamada Analítica dos princípios trata dos princípios do entendimento puro.

E nesse entendimento que Kant revoluciona toda a filosofia do século XVII e XVIII, onde Kant faz uma sintetização do pensamento racionalista e empirista, no intuito de encontrar formas a priori do entendimento puro, pois segundo Kant sem tais categorias, seria quase que impossível a compreensão do mundo, que seria apenas um amontoado de dados sensíveis, sem nenhuma conexão entre si. Por esta via Kant permite chegar à conclusão de que o conhecimento é produto de uma faculdade complexa, o resultado de uma síntese da sensibilidade e do entendimento, ou seja, todo conhecimento é uma correlação entre sujeito e um objeto, sendo que os dados objetivos não são captados por nossa mente tais quais são (a coisa em si), mas configurados pelo modo com que a sensibilidade e o entendimento os apreendem, fenômeno.

2 AS FORMAS PRÓPRIAS DA SENSIBILIDADE-ESTÉTICA TRANSCENDENTAL

Na estética transcendental Kant desenvolve toda sua argumentação acerca das formas a priori da sensibilidade. Segundo o filosofo, o conhecimento se refere aos objetos através da intuição, à medida que o objeto nos for dado. Por vez, isso só é possível, pelo menos para nós seres humanos, se o objeto, de certa forma afetar o espirito.

"A capacidade de receber representações – receptividade -, graças à maneira como somos afetados pelos objetos, denomina-se sensibilidade". (CR, A1). A doutrina do sentido e da sensibilidade Kant chama de "estética", não no sentido hoje usual do termo, mas no seu sentido etimológico, em grego, "aisthesis" que significa "sensação" e "percepção sensorial". A estética transcendental, é: "A doutrina que estuda as estruturas da sensibilidade o modo como o homem recebe as sensações e como se forma o conhecimento sensível". (REALE e ANTISERI, 1990, p. 873).

Kant afirma que, estética transcendental á a ciência de todos os princípios a priori da sensibilidade, sendo que os princípios a priori para ele seria precisamente as estruturas ou o modo de funcionamento da sensibilidade, porém é a sensibilidade que nos fornece as intuições, e é o entendimento que "pensa" esses objetos, surgindo a partir dele conceitos. Os objetos causam efeitos sobre a capacidade de "representação" do homem na medida em que ele o afeta, que é a sensação. "A intuição que se relaciona ao objeto por meio da sensação é denominada empírica. Objeto indeterminado de uma intuição empírica denomina fenômeno. (CB, B33)

Kant afirmou a existência de uma realidade externa e independente do sujeito, designando-a por as coisas em si ou númenos (noumena), mesmo sendo um realista metafisico, negou a possibilidade de conhecer as coisas em si. A cogroscibilidade pertence aos fenômenos (como as coisas realmente aparecem a nós pela sensibilidade), ou seja, a coisa em si jamais a conheceremos, só podendo aparecer a nós através do fenômeno. Por isso Kant chama sua doutrina de idealismo transcendental, ou seja, é a doutrina segundo a qual nós consideramos os fenômenos simples representações, não coisa em si.

Kant Distingui matéria e forma: a primeira é dada pela simples sensação ou modificações produzidas em nós pelo objeto, sendo assim a posteriori. "A matéria de qualquer fenômeno se constituía das sensações – produzidas pelas coisas em si – que careciam de qualquer estrutural". (SILVEIRA, 2002 p.13". Já a forma, ao contrário, não provém das sensações, mas sim do sujeito pensante, sendo, no entanto, a priori; "A forma de que fala Kant é o modo de funcionamento de nossa sensibilidade, que no momento em que recebe os dados sensoriais, naturalmente os organiza". (REALE e ANTISERI, 1990, p. 874). A forma é o modo de funcionamento da sensibilidade humana.

> Kant desenvolve sua argumentação acerca das formas a priori da sensibilidade na Estética transcendental. A reflexão sobre tais formas constitui uma originalidade de Kant. Ele desenvolve primeiro uma diferença entre intuição (Anschavung) sensível e intelectual. Somente a primeira é própria do homem, que precisa da sensibilidade para experimentar o mundo, quer dizer somente o objeto nos é dado pela sensibilidade, pode ser ele pensado ou intuído pelo intelecto. Kant põe-se dessa forma, contra uma tradição metafisica que afirmava ser possível certa intuição intelectual direta dos entes sensíveis (VIANA, 2013, p.32).

Segundo Kant, a coisa-em-si (Ding-on-Sich), para além do fenômeno, não é dado a intelecto humano, o mundo nos é dado somente através dos fenômenos (Erscheinung),através da sensibilidade, o homem necessita desse primeiro contato através da experiência com o objetivo, sendo que a "matéria" (objeto) produz um efeito sobre a capacidade representativa humana, que é a sensação, a "matéria" é denominada por tanto o fenômeno correspondente a sensação, no entanto a capacidade de ordenação e multiplicidade do fenômeno Kant dá-se o home de "forma" do fenômeno. A matéria de todos os fenômenos é dada somente de forma a posteriori, já que o homem precisa dessa experiência empírica com o objetivo; no entanto, a "Forma" do fenômeno é dada de forma a priori, no espirito independente de qualquer sensação.

> Nos objetivos recebidos pela sensibilidade (Sinnlichkeit), Kant distingue uma forma e uma matéria. A matéria da sensação é aquela que vem somente depois da experiência com o objetivo. Ela pode ser somente a posteriori, pois não podemos saber do calor do fogo senão depois sentirmos na pele a sensação de quentura. Por outro lado, a forma é a condição interna do sujeito que possibilita o agrupamento da diversidade da matéria externa em um mesmo grupo ou como argumentar Ka, é a condição de possibilidade (Bendingung der Mogliichkeit) para qualquer experiência externa por que a forma é condição para se ter uma experiência do mundo, ela não pode ser posteriori, senão a priori. (VIANA,2013, p.33).

Kant denominava puras, no sentido transcendental, todas as representações em que nada encontrasse e pertencesse á sensação, Kant utilizava dois termos para representar sobre a matéria e a forma: a instituição empírica e a instituição pura, a primeira isolara-se a sensibilidade e afastaria tudo que o entendimento julgue com os seus conceitos, para que apenas restasse a instituição empírica. Já a sensível não vem na experiência, pois é somente a "forma" desta experiência que é a única que sensibilidade a priori pode fornecer. "Somente te a forma pode fornecer a universalidade, pois ela é independente da matéria e encontrasse no sujeito, antes de qualquer experiência do objeto". (VIANA, 2013, p.33). Nesta investigação Kantiana, apura-se que há duas formas puras da intuição: espaço e tempo aos quais possuem princípios do conhecimento a priori.

Para estabelecer no que consistiam as formas a priori ou puras da sensibilidade, Kant propunha que se abstraísse de qualquer objeto tudo que lhe pertencesse pelas sensações; impenetrabilidade, cor, dureza, ... e tudo que pensava pelo entendimento; substancia, peso. Porém ainda restava a extensão e a figura. Kant quer provar que espaço e tempo não vem de uma experiência externa, não são matérias e sem formas a priori. Essas duas formas não são condições externas ao intelecto humano, mas condições internas e necessárias para se receber qualquer objeto empírico, significa que tais formas o homem e possui antes mesmo de receber a matéria vinda de fora. Sendo que as mesmas não possuem nada de sensível, pois são anteriores a qualquer condição de fenômeno que apareço no mundo.

> Definitiva a estética transcendental tem duas partes claramente diferenciadas. Na exposição metafisica, Kant mostra que espaço e tempo são formas puras da intuição, na exposição transcendental, mostra que essas formas possibilitam o conhecimento sintético a priori. (HÖFFE, 2005, p. 65).

A estética transcendental é uma ciência dos princípios da sensibilidade ou da intuição a priori; investigando unicamente suas formas puras, espaço e tempo como fontes de conhecimento; a estética transcendental é dividida claramente em duas partes diferentes; a primeira é a exposição metafisica, onde Kant demostra que espaço e tempo são formas da intuição e a exposição transcendental. Kant mostro sintético a priori; com isso a estética transcendental oferece por um lado uma nova solução na disputa da filosofia moderna a respeito da essência de tempo e espaço

contendo em outro ângulo a primeira parte da fundamentação Kantiana da matemática e da ciência natural geral.

A possibilidade de um conhecimento a priori mediante conceitos gerais do entendimento e algo que sempre foi afirmado antes e depois de Kant. Mas a tese de que a intuição é, portanto, a sensibilidade, implica também certos elementos não imprescindíveis para a matemática e a física, deve ser atribuída unicamente a Kant. (HOFFE, 2005, p. 65).

Na estética transcendental que constitui uma das partes mais originais, da crítica da razão pura, Kant, afirma que o conhecimento considerado do ponto de vista logico e não psicológico se deve à ação conjunta de duas fontes de conhecimento: a sensibilidade e o conhecimento, dependem uma da outra pois ambas têm o mesmo peso. "A quaisquer que sejam o modo ou os meios pelos quais um conhecimento se relaciona aos objetos, aquele pelo qual se relaciona imediatamente a eles, e a que todo pensamento como meio se dirige, é a intuição". Existe somente intuições sensíveis, não existe intuições intelectuais, ao menos para o homem, no entanto numa intuição intelectual, o espirito daria assim mesmo o objeto que vê; porem um tal modo de conhecer é privativo do ser supremo: "a intuição humana supõe que um objeto nas seja dado e que este afete o espirito". (PASCAL, 2005, p. 50). A sensibilidade é a faculdade que o espírito possui para que seja afetado por objetos. Segundo George Pascal em sua obra "Compreender Kant" (2005, 9.50), o entendimento, ao revés, não é um poder de intuição. Só pode pesar aos objetos fornecidos pela sensibilidade, é um poder não sensível de conhecer, em oposição a receptividade, que define a sensibilidade, ele é uma dizer representações, só a sensibilidade fornecera conceitos. As formas puras da sensibilidade serão espaço e tempo e não representam propriedades das coisas em si, não dependiam do mundo externo, mas eram o único modo como podíamos representar os fenômenos". (SILVERA, 2002, p.15). O estudo do espaço e tempo é precisamente o objeto da estética transcental, sendo o espaço e tempo as formas em que o interior se ordena a multiplicidade fornecida pela sensação, o espaço é a forma do "sentido exterior", é a propriedade que tem nosso espirito de nos representar objetos existentes fora de nós.

O tempo é a forma do "sentido íntimo" propriedade que tem nosso espirito de perceber-se a si mesmo intuitivamente, ou, com exatidão, o que vale dizer que todo objeto fora de nos situasse no espaço e todas as determinações de nós mesmo

situam-se no tempo. Kant quer provar que espaço e tempo não vem de uma experiência externa, ao contrário de Newton que afirma: " O espaço e o tempo tinham realidade no mundo externo (não se constituíam apenas em formas da nossa sensibilidade (, existindo objetivamente, fora do sujeito, sendo inclusive independente dos corpos, da matéria (SILVEIRA, 2002, p.16). Kant afirmava que espaço e tempo não são matérias, senão formas subjetivas a priori, sendo que essas duas formas puras não podem vir de fora porque são condições internas, necessárias para se receber qualquer objeto empírico, elas não contem nada de sensível, pois são anteriores a qualquer sensibilidade, condição pura que o mundo apareça como fenômeno.

Segundo Kant (1724-1804), essas duas formas puras não podem vir de fora porque são condições internas, necessárias para se receber qualquer objeto empírico, não contendo elas nada de sensível, pois são anteriores a qualquer sensibilidade, condições para que o mundo apareça como fenômeno. " Kant ao defender sua posição faz uma exposição metafisica e ou transcendental. (VIANA, 2013, p.34). Nesta primeira exposição Kant usa o termo " metafisica", para demonstrar que seja o tempo, seja o espaço, nenhum vem da experiência a posteriori, mas são formas a priori da sensibilidade.

2.1 Espaço

Kant em sua conceituação para espaço faz dois tipos de exposição: uma metafisica e outra transcendental, iniciaremos primeiramente com a posição metafisica. "s exposição é metafisica, porém, quando contem aquilo que apresenta o0 conceito como dado a priori" (CR, B38); o espaço não pode ser intuído exteriormente como se fosse algo fora do interior, seguindo o raciocínio de Kant se o espaço fosse simplesmente um dado que vem de uma intuição empírica, não poderia recebe-la senão de modo particular, isto é, não poderia jamais representa-la como um universal.

> Quando digo "aqui e lá" estou de fato, representando não somente um ponto determinado no espaço mais posso utilizar essas duas palavras para qualquer ponto no espaço em tempos diversos. A matéria deste "aqui e lá" é empírica, mas a forma não pode vir da experiência porque é condição interna do sujeito para que se possa receber tal intuição empírica. Porque o sujeito possui tais formas a priori, pode eles localizar-se em um 'aqui e lá" concretos. (VIANA, 2013, p. 34).

Essa exposição é metafisica porque revela a representações originárias do espaço e do tempo, a espacialidade e temporalidade, como intuição a priori, ela mostra primeiramente que se trata de representações a priori, e segundo, que está unicamente da forma de nossa intuição, da constituição subjetiva de nossos espirito. Eis sua demonstração:

1º Kant afirma que espaço não pode ser um conceito de formado a parti da experiência exterior, visto como, ao contrário, toda experiência exterior supõe o espaço:

> O espaço não é um conceito empírico que tenha sido derivado de experiência externas. Pois para que certas sensações sejam referidas a algo fora de mim (isto é, a algo em um outro lugar do espaço que não aquele em que me encontro), e para que, do mesmo modo eu as posso representar como externas umas ao lado das outras, portanto não só diferentes, mas como em diferentes lugares, para isso a representação do espaço não pode, assim, ser extraída da experiência a partir das relações do fenômeno externo, mas é antes esta experiência externa que só é possível por meio de tal representação. (CR, B39).

2º O espaço é a priori; porque toda sua representação é a própria condição de possibilidade dos fenômenos, no entanto, pode-se ter um espaço em que não houvesse objetivo algum, porém não se pode perceber um objeto fora do espaço, as relações espaciais são constituídas de objetos:

> O espaço é uma representação a priori que serve de fundamento a todas as instituições externas. Ninguém pode jamais representar-se que não há espaço, mesmo podendo perfeitamente pensar que nenhum objeto se encontra no espaço. Ele é considerado, assim, como uma determinação deles dependente; e é uma representação a priori que, necessariamente, será de fundamentos a todos os fenômenos externos. (CR, B39).

3º) O espaço não é dado como conceito. É constituído de elementos mais simples do que ele; portanto, uma parte do espaço não é mais simples que o espaço visto como um todo. De acordo com a extensão, um conceito deve aplica-se a objetos diversos, o espaço, ao contrário, não é aplicável se não a ele mesmo, sendo ele uno. Todo o nosso conceito de espaço entendesse por uma intuição a priori, da qual eles são meras limitações: "o espaço não é um conceito discursivo ou como se diz um conceito universal das relações das coisas em geral, mas sim uma intuição pura". (CR, B 39).

4º) O espaço é uma intuição que contém em si uma multidão infinita de representações, o que seria impossível se fosse um conceito, que é apenas a representação infinita de representações impossíveis. "O espaço é representado como uma grandeza infinita dada". (CR, B40).

Kant na demonstração "metafísica" conclui que o espaço e tempo são foras puras da intuição, já em sua demonstração transcendental Kant mostra que espaço e tempo não são meras representações de nosso pensamento, mas uma função de constituir objetos, pois é espaço e tempo mediante os quais se tornaram possíveis os objetos de um conhecimento sintético a priori da teoria geral do movimento (mecânica) e também da aritmética.

> Entendo por exposição transcendental um conceito como princípio a partir do qual se pode discernir a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos a priori. Para esse proposito se exige: 1) que tais conhecimentos decorram de fato do conceito dado; 2) que esses conhecimentos só sejam possíveis sob pressuposição de um dado modo de esclarecer esse conceito. (CR, B41).

No entanto, para que esse conhecimento em relação à geometria se torne possível o autor afirma que esse conhecimento em relação à geometria se torne possível o autor afirma que esse conhecimento terá que se originar de uma intuição, porque se originar de uma intuição, porque de um simples conceito não se pode extrair proposições que ultrapassem o conceito; essa intuição tem que se encontrar de fora a priori; anterior a qualquer percepção nossa, sendo intuição pura e não empírica.

> Como pode estar na mente, então, uma intuição externa que antecede os próprios objetos, e na qual o conceito dos últimos pode ser determinado a priori? Obviamente, apenas na medida em que ela tem seu lugar simplesmente no sujeito, como a constituição formal do mesmo para ser afetado por objetos e, assim, receber uma representação imediata, isto é uma intuição. (CR, B42).

A possibilidade da geometria como conhecimento a priori só é permitida compreender com a nossa explicação, vemos que o espaço é a priori e que não é um conceito, ele é de fato uma intuição pura, a priori. Se o espaço fosse um conceito, as proposições geométricas seriam simplesmente analíticas; se fosse uma intuição empírica seriam a posteriori. Na realidade elas são ao mesmo tempo sintéticas e a priori e não se pode entendê-las sem que o espaço seja uma intuição

UFPI - Biblioteca
13075 29/10/19

pura, isto é, não somente condições de possibilidade para receber qualquer objeto externo, mas também nos faz alargar o conhecimento acerca de objetos através de juízos.

2.2 Tempo

Para Kant em sua exposição em relação ao tempo, também fará duas exposições, uma metafísica e outra transcendental. "Quanto ao tempo, podemos fazer uma análise similar àquela que foi feita com o espaço". (PASCAL, 2005, p. 56), em sua exposição metafísica Kant afirma:

1º) "O tempo não é um conceito empírico que tenha sido derivado de alguma experiência" (CR, B46). Com efeito, só percebemos realmente as relações de sucessão ou de simultaneidade por termos antes a representação de tempo em nossa mente.

2º) "O tempo é uma representação necessária que serve de fundamentação a todas as intuições". (CR, B47). Fenômenos desaparecem, porem o próprio tempo não, e tudo passa, as o tempo não passa, o tempo é um dado a priori.

3º) "Nessa necessidade a priori se funda também a possibilidade de princípios apodíticos das relações do tempo ou de axiomas do tempo em geral". (CR, B47). Tempos diferentes não são simultâneos, e sem sucessivos, sendo que esse princípio tem valor apolítico, ou seja, tenho consciência da sua universalidade e necessidade, portanto, tal princípio não pode ser extraído da experiência é ele que fundamenta a experiência.

4º) "O tempo não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal, mas sim uma forma pura da intuição sensível". (CR, B48). Não se pode criar tempos diferentes, senão como partes de um mesmo tempo, no entanto a representação de tal tempo será uma intuitiva.

5º) "A infinidade do tempo significa apenas que qualquer grandeza determinada do tempo só é possível por limitações de um tempo único, que lhe serve de fundamento". (CR, B48). Os diferentes conceitos de tempo não passam limitações do tempo em geral, sendo que a limitação deste último seja infinita e intuitiva.

Em sua exposição transcendental em relação ao tempo, Kant afirma que o nosso conceito de tempo explica a possibilidade tanto do conhecimento sintético a priori quanto a teoria geral do movimento, "Aqui acrescento ainda que o conceito

modificação, e com ele o conceito de movimento (como modificação do lugar), só são possíveis na representação do tempo e por meio dela". (CR, B49). Suponhamos que o conceito de mudança e movimento só se tornam possíveis na representação do tempo, mas se, porventura, esta representação não fosse uma intuição a priori, nenhum conceito nos faria a possibilidade da mudança.

> Se esta representação não fosse intuição (interna) a priori, nenhum conceito qualquer que fosse ele, poderia tornar compreensível a possibilidade da modificação, isto é, uma ligação de predicados contraditoriamente contrapostos (por exemplo o ser de uma coisa em um lugar, e o não ser da mesma em outro lugar) em um mesmo e único objeto. Somente no tempo podem ambas as determinações contraditoriamente contrapostas ser encontradas em uma coisa, como seja uma após a outra. (CR, B49).

Portanto, a mudança é a ligação num mesmo objeto de predicados opostos, sendo estes contraditórios; esta contradição seria insolúvel senão percebemos os predicados sucessivamente no tempo. Porém tempo e espaço possuem as mesmas consequências, o tempo não existe nas coisas, ele é senão a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e de nosso estado interior ou, aonde percebemos todas as coisas, pois os objetos não aparecem no espaço, mas toda apoderação da consciência deles situa-se no tempo; portanto o tempo não é nada em si, porem os fenômenos só podem ser percebidos no tempo, a única realidade do tempo é a de ser ele uma condição subjetiva da percepção dos fenômenos.

3 ANALITICA DOS CONCEITOS

A estética transcendental, como foi relatada no capítulo anterior, demostrou as formas a priori da sensibilidade; espaço e tempo, porém a sensibilidade é apenas uma das duas fontes principais de nosso conhecimento; a estética conseguiu solucionar o problema: "Como é possível a matemática? " Através das formas a priori da sensibilidade, do espaço e do tempo.

"Mas a sensibilidade é apenas uma das duas fontes principais de nosso conhecimento; a outra é o entendimento". (PASCAL, 2005, P.62). E na sensibilidade que o objeto nos é dado e no entendimento ele é pensado em conceitos. "Com efeito faz-se mestre, agora, dar a explicação da existência das proposições sintéticas a priori nas ciências na natureza, e de averiguar se proposições desse gênero são possíveis na metafisica". (PASCAL, 2005, p 62-63); O problema segundo Kant será resolvido com o estudo das formas a priori do entendimento.

> A analítica dos conceitos reforça o resultado da estética transcendental, segundo o qual os objetos se constituem unicamente com base em ações previas a priori do sujeito. Tendo as categorias, bem como as formas puras da intuição, sai raiz no jeito cognoscente e não nos objetos, para o homem o acesso às coisas em si é radicalmente impedido. Kant não quer dizer com isso, como supõe um preconceito tenaz, que a verdadeira realidade se oculta ao simples homem mental detrás de um "Véu de Maia" e que a essência das coisas se revela só ao filósofo. Ele afirma pelo contrário, que todo conhecer humano possui caráter fenomênico, já que não pode prescindir de momentos subjetivos, embora apriorísticos (HÖFFE, 2005, p.85).

O conhecimento é nos dados por duas fontes inseparáveis, a primeira é a de receber representações; a receptividade, e a segunda é a faculdade de conhecer o objeto, através dessas representações, ou seja, espontaneidade dos conceitos. A sensibilidade e o entendimento estão sempre juntos e necessários, cada uma das faculdades depende uma da outra;

"Se, a sensibilidade nenhum objeto nos seria dado e sem entendimento nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios, intuições sem conceito são cegas" (CE, B76). A intuição e o conceito constituem a fonte necessária para o entendimento de todo o nosso conhecimento, sendo que eles podem ser puros ou empíricos; são puros quando não contém nenhuma sensação misturada à representação e são empíricos quando uma sensação está contida nele.

Na realidade não há para nós outro mundo, a não ser o sensível, o fenômeno, e é isto que analise do entendimento irá demonstrar; "nosso, os dados objetivos não são captados por nossa mente tais quais são (a coisa em si), mas configurados pelo modo com que a sensibilidade e o entendimento os apreendem. Assim a coisa em sim; o número, o absoluto, é incognoscível". (LEITE, 2015, P.39); farasse agora essa investigação na possibilidade de que proposições sintéticas a priori sejam possíveis nas ciências da natureza e analisar se proposições desse gênero são possíveis na metafisica; quem resolvera tal problema é o estudo das formas a priori do entendimento. A ciência que dará as regras do entendimento em geral é a logica, no entanto, a mesma pode ter dias vertentes; ou como logica do risco universal do entendimento ou como logica do entendimento ou como lógica do seu uso particular.

> A primeira contém as regras absolutamente necessárias do pensamento, sem as quais não ocorre nenhum uso do entendimento, e se aplica a este, portanto, independentemente da diversidade dos objetos aos quais ele possa esta dirigido. A lógica do uso particular do entendimento contém as regras para pensar corretamente sobre um certo tipo de objetos. Aquela pode ser denominada logica elementar, e esta por seu turno o órganon desta ou daquela ciência. A última é apresentada nas escolas, muitas vezes, como propedêutica das ciências, muito embora seja aquela a que a razão humana chegou por último em seu desenvolvimento, quando a ciência já estava pronta há muito e precisava apenas de uma última mão para sua correção e aperfeiçoamento (CRP, B77).

A lógica, portanto; "É a ciência do intelecto em geral". (REALE E ANTISERI, 1990, p. 877); a lógica geral limitasse a estudar as leis e os princípios gerais do pensamento, sem a os quais, se não existisse não haveria a existência do uso do intelecto. A lógica geral pode ser pura ou aplicada, sendo que a primeira; "Faz a

abstração de todas as condições empíricas sob as quais nosso entendimento é exercido, como por exemplo a influência dos sentidos, o jogo da imaginação etc.. (CR, B77); a lógica geral pura relaciona-se com princípios a priori, e é cânone do entendimento e da razão. Uma lógica e denominada aplicada quando: "Se dirige às regras do uso do entendimento sob as condições empíricas subjetivas que a psicologia nos ensina". (CRP, B78). No entanto na logica geral a parte pura tem de ser separada por inteiro da parte aplicada pois apenas a lógica pura é considerada ciência; segundo os lógicos deve estar presente na logica pura:

> 1º). Como logica geral, ela faz abstração de todo o conteúdo do conhecimento do entendimento e da diversidade de seus objetos, e só lida com mera forma do pensamento. 2º). Como logica pura, ela não tem princípios empíricos e, portanto, não extrai nada da psicologia (como vez por outra se crê, não tendo esta última, assim qualquer influência sobre o cânone do entendimento. Ela é uma doutrina demonstrada, e tudo nela tem de ser completamente certo a priori (CRP, B78).

Toda argumentação Kantiana na Analítica inicia-se com a lógica tradicional, onde Kant percorre todo um caminho que levará a descoberta das formas puras do intelecto. É na logica geral que Kant começa toda a análise do intacto, a partir de problemas solucionados pela lógica geral, até chegar ao seu conceito de logica transcental. "Interessa-nos aqui apresentar as formas a priori do intelecto, que constituem o cume de toda filosofia transcendental de Kant entendida não como uma simples logica formal, mas como uma lógica da verdade". (VIANA, 2013, p.39). É nessa investigação que Kant quer chegar a ideia de uma ciência do entendimento puro e do conhecimento racional, a qual pensamos os objetos totalmente a priori.

Kant estava à procura de uma lógica da verdade, baseada nas formas a priori do entendimento; "eles iniciam a análise do intelecto a parte das regras puras do pensamento, elucidadas pela lógica geral até elaborar seu conceito de logica transcendental". (VIANA, 2013, p.38); Kant deu uma grande contribuição a lógica depois de Aristóteles, a lógica Kantiana era a lógica transcendental, ou seja, era aquela que possui condições para que torne possível os juízos da lógica formal ou pura.

> "Na expectativa, pois, de que talvez haja conceitos que, não como intuições puras ou sensíveis, mas apenas como ações do pensamento puro, possam referir-se a priori a objetos conceitos, portanto, cuja a origem não é nem empírica nem estética, então podemos ter uma ideia antecipada de uma ciência do entendimento puro meio do qual nós pensamos objetos

> inteiramente a priori. Lima tal ciência, que determine a origem, o alcance e a validade objetiva de tais conhecimentos, teria de denominar-se logica transcendental. (CRP, B82)

A lógica transcendental tem como pretensão descobrir a relação e os critérios existentes entre o pensamento e o objeto. "Este escopo aponta para a prioridade e ao mesmo tempo, objetividade desses critérios. " (VIANA, 2013, p. 38). A prioridade afirma que mesmo as formas e os conceitos do pensamento não vem da experiência empírica eles não deixam de ser objetivas ao representarem as intuições sensíveis. O nosso intelecto só pode pensar algo se lhe vem apresentado pela sensibilidade. "Assim, toda experiência possível traz consigo, necessariamente, as formas puras do intelecto, fazendo do conhecimento das formas, também um conhecimento dos objetos. (VIANA, 2013, p. 39). O que interessa a Kant e apresentar as formas a priori do intelecto, que constituem o estudo de toda filosofia transcendental kantiana.

3.1 A lógica Transcendental Kantiana

A lógica Transcendental tem como pretensão, tematizar as formas a priori do intelecto, as categorias, ela divide-se em duas partes: 1 Analítica transcendental, na qual Kant investiga o intelecto, para descobrir as categorias a priori do entendimento e 2) Dialética Transcendental; " A qual ele faz uma crítica a metafisica em suas pretensões de tematizar objetos para além da experiência sensível". (VIANA, 2013, p.38). No entanto limito-me aqui expor apenas a analítica transcendental.

> Conforme mostramos, a lógica geral faz obstrução de todo o conteúdo do conhecimento, isto é, de toda referência do mesmo ao objeto, e considera apenas a forma logica nas relações do conhecimento entre si, isto é, a forma do pensamento em geral. Uma vez, porém, que há tanto intuições puras como empíricas (como explica a estética transcendental), também se poderia encontrar uma distinção entre pensamento puro e pensamento empírico dos objetos. Neste caso haveria uma lógica em que não se faria abstração de todo o conteúdo do conhecimento; pois aquela que contivesse apenas as regras do pensamento puro de um objeto excluiriam todos aqueles conhecimentos que tivessem conteúdo empírico. Ela também se aplicaria a origem de nossos conhecimentos de objetos na medida em que esta não possa ser atribuída aos objetos, ao passo que a lógica geral, pelo contrário, não lida em nenhum momento com essa origem, mas considera as representações quer estas sejam dadas originariamente em nós mesmos, a priori, quer empiricamente apenas segundo as leis pelas quais o entendimento, ao pensar, as emprega na relações de umas com as outras; elas só trata, portanto, da forma do entendimento que pode ser aplicada as representações, pouco importando de onde estas se tenhas originado (CRP, B80)

Observamos que a lógica geral retira todo o conteúdo do conhecimento, ou seja, separa o objeto e considera apenas a "forma" logica, na relação dos conhecimentos entre si, considerando apenas a forma do pensamento em geral. Kant abre uma observação ao falar da lógica transcendental, afirmando que não podemos chamar todos o conhecimento a priori transcendente, mas apenas aquele conhecimento em que conhecemos de fato "o que" e "como", suas representações, intuições e conceitos são aplicados ou à possibilidade do uso a priori do conhecimento; " que nem todo conhecimento a priori tem de ser denominado transcendental, mas apenas aquele por meio do qual nós sabemos que é como certas representações (intuições ou conceitos) são aplicáveis ou possíveis inteiramente a priori". (CRP, B80). De acordo com Kant a expressão transcendental significa, possiblidade ou uso a priori do conhecimento; apenas com a certeza não empírica destas representações e sua possibilidade a priori, é que pode se tratar de um conhecimento transcendental.

> Na introdução à crítica, Kant chama de transcendental "todo conhecimento que em geral se ocupa não tanto com objetos, mas com o nosso modo de conhecer objetos, na medida em que este deve ser possível a priori (B25) (mas com nossos conceitos a priori de objetos: A115) ". O conhecimento transcendental é uma teoria da possibilidade do conhecimento a priori ou, em uma palavra, uma "teoria do a priori" (Vaihinger, I467). Isso não significa, como esclarecera Kant mais adiante, que qualquer conhecimento a priori ou contém tais elementos. Transcendental significa, na crítica, somente aquele conhecimento "pelo qual conhecemos que é como certas representações (intuições ou conceitos são aplicados ou possíveis unicamente a priori" (B80). (Hoffe, 2005, p. 60-61)

É com essa possibilidade da existência de conceitos que possam referir-se a priori a objetos, não como intuições sensíveis ou puras, mas apenas como formas pura do pensamento e que não tenha origem empírica e nem estética, que Kant concebe uma ideia de uma ciência pura a qual pensamos objetos totalmente a priori ou seja um conhecimento puro da razão. "A lógica transcendental – de logo, a palavra grega para proposição ou significado – é assim denominada porque trata dos elementos a priori presentes em nosso aparelho conceitual". (BUNNIN e TSUI-James, 2013, p. 788), a esta ciência pura, Kant dará o nome de lógica transcendental.

> Ora, mesmo prescindindo de todo conteúdo empírico, o intelecto pode pelo menos ter como conteúdo as intuições puras de espaço e de tempo. E essa é exatamente a lógica transcendental, que, portanto, se abstrai dos conteúdos empíricos, mas não dos laços com as intuições puras, ou seja, dos laços com o espaço e o tempo. Ademais, enquanto lógica formal não considera a origem dos conceitos, limitando-se a estudar as leis que regulam os seus nexos, a lógica transcendental estuda a origem dos conceitos e se ocupa especificamente com os conceitos que não provêm dos objetos, mas que provêm a priori do intelecto e, no entanto, se referem a priori aos próprios objetos (REALE e ANTISERI, 1990, p.878).

A lógica transcendental tem como fonte de pesquisa principal, descobrir as formas puras do intelecto, interessando a Kant apresentar as formas a priori do intelecto, que é a fonte de pesquisa de toda a filosofia transcendental kantiana, essa lógica não é como uma simples lógica da verdade. "A lógica transcendental é, pois, uma lógica das formas do entendimento enquanto essas constitutivas da experiência". (PASCAL, 2005, p. 63). Kant desenvolve na lógica transcendental uma ciência do pensar, investiga em especial como é possível que os conceitos do pensamento não sejam vazios, ou seja referem-se a objetos reais. "A lógica transcendental: como é possível que o pensamento humano se relacione com os objetos: ela investiga a origem e os limites do conhecimento empírico". (HOFFE, 2005, p. 81-82); A divisão da nova lógica transcendental segue à lógica tradicional.

> A lógica transcendental é, pois, uma lógica das formas do entendimento enquanto estas são constitutivas da experiência. Divide-se numa analítica e numa dialética, tal como a lógica de Aristóteles. Com efeito, a lógica formal nos dá as condições sem as quais não há verdade possível, tudo que está em contradição com suas regras é falso, visto que elas concernem ao acordo do pensamento consigo mesmo (PASCAL, 2005, p.63).

Igualmente como na Estética transcendental, que isolamos a sensibilidade, na lógica transcendental isolamos o entendimento, sendo que a lógica transcendental é, portanto, essa abstração dos conteúdos empíricos, mas não do vínculo com as instruções puras, exemplo é a ligação com o espaço e o tempo. No entanto a lógica formal estuda apenas as leis que regulam os seus nexos, não se preocupando com a origem dos conceitos; "a lógica transcendental estuda a origem dos conceitos e se ocupa especificamente com os conceitos que não provem a priori e os próprios objetos". (REALE e ANTISERI, 2003, P. 878). A lógica transcendental tem como o ponto principal de investigação a possibilidade do pensamento humano, relaciona-se com os objetos, ou seja, ela investiga a origem e os limites do conhecimento

empírico, sendo assim a lógica do conhecimento empírico, sendo assim a lógica transcendental uma ciência do pensar.

> A parte da lógica transcendental, portanto, que apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento, e os princípios sem os quais objeto algum pode ser pensando, é a analítica transcendental e, ao mesmo tempo, uma lógica da verdade, pois nenhum conhecimento pode contradizê-la sem perder ao mesmo tempo todo conteúdo, isto é, toda referência a algum objeto, portanto toda a verdade (CRP, B87).

O objetivo da analítica transcendental é elaborar todo um sistema das formas a priori do entendimento humano, tendo como porta de partida os conceitos elementares ou categorias, até sistematizar uma serie de princípios para qualquer outra forma de juízo. "A busca de conceitos e princípios divide, portanto, toda a analítica: a primeira parte trata da descoberta dos conceitos puros ou categorias e a segunda dos princípios do entendimento puro". (VIANA, 2013, p.40); a analítica Kantiana e a de composição de todo o nosso conhecimento a priori nos conhecimentos puros do entendimento. Kant pretende chegar a quatro objetivos na analítica transcendental:

> 1). Queres conceitos sejam puros e não empíricos. 2) que eles pertençam não à intuição ou à sensibilidade, mas, ao pensamento e ao entendimento. 3). Que eles sejam conceitos elementares, e sejam bem distinguidos dos derivados ou compostos, a partir deles. 4). Que sua tabua seja completa e eles cubram todo o campo do entendimento puro (CRP, B89).

A analítica transcendental segundo Kant, é a parte da lógica transcendental onde o mesmo investigara todo o intelecto para descobrir quais são as formas a priori do entendimento. "A analítica transcendental será, pois, a primeira parte lógica transcendental, subdividindo-se, por sua vez, em Analítica dos conceitos e Analítica dos princípios. (PASCAL, 1977, P. 62). Segundo Kant, (1724-1804), tal conhecimento puro, é totalmente distinto do elemento empírico, e também da sensibilidade em geral é um conhecimento que não possui nada do meio externo.

> A "analítica transcendental" da CRP forma a primeira divisão da "lógica transcendental". Decompõe o "entendimento e a razão em seus elementos" e constitui um "cô nome de juízo" ou a "pedra de toque negativo da verdade" (CRP AGO/B85). Procede à segunda divisão da "lógica transcendental" ou "dialética transcendental", que é uma "lógica de ilusão" ou escrutínio da ilegítima ampliação do juízo para além de seus objetos legítimos. A analítica é descrita como a "parte da lógica transcendental que trata dos elementos do conhecimento puro produzidos pelo entendimento e dos princípios sem

> os quais nenhum objeto pode ser pensado (A62/B87), e está dividido, portanto, numa "analítica de conceitos" e numa "analítica de princípios". (CAYGILL, 1995, p.20).

3.2. Os conceitos puros do entendimento

Entende-se por analítica dos conceitos não uma análise dos próprios conceitos, mas sem uma análise da faculdade que forma tais conceitos, ou seja, o entendimento. "O entendimento não é, portanto, uma faculdade de intuir. Além da intuição, no entanto, não há nenhum outro modo de conhecer que não por meio dos conceitos". (CRP, B93), o entendimento, segundo Kant formará seus conceitos a partir da organização de uma tabela completa dos conceitos puros, essa tabela não será uma simples enumeração, sem ordem e independente da visão sistemática, ela seguira uma ordem; "todas as intuições, enquanto sensíveis, baseiam-se em afecções; e os conceitos, portanto, em funções. Eu entendo, portanto, em funções. Eu entendo por função, todavia, a unidade da ação de ordenar deferentes representações sob uma representação comum". (CRP, B93). Para poder descobrir os conceitos puro do entendimento Kant parte de um fio condutor; "Kant descobre esse fio condutor nas diferentes maneiras pelas quais se realiza a unidade nos juízos. Com efeitos, todos os atos do entendimento se reduzem a juízos". (PASCAL, 2008, p.85). Podemos afirmar então; que pensar é julgar, estabelecendo ligações entre essas representações, formando uma unidade.

> Todos juízos são, assim, funções da unidade de nossas representações, de tal modo que, em vez de empregar uma representação imediata para o conhecimento do objeto, empregamos uma mais elevada, que abarca sob si tanto aquela como outras, e assim reunimos muitos conhecimentos possíveis sob um único. Nós podemos, contudo, reduzir todas as ações do entendimento a juízos e, assim, representar o entendimento em geral como uma faculdade em julgar. Pois ele é, segundo o exposto acima, uma faculdade de pensar (CRP, B94).

Segundo Kant, (1724-1804), o pensar só é possível por meio de conceitos. "Os conceitos, porém, como predicados de possíveis juízos, referem-se a alguma representação de um objeto ainda indeterminado". (CRP, B94). Por conseguinte, os conceitos são predicados de juízos possíveis, referindo-se alguma representação de um objeto indeterminado, como exemplo temos: "todo metal é um corpo", aqui o conceito de corpo é o predicado de um juízo passivo, sendo que o conceito de corpo aqui é um conjunto de representações que podem servis para determinar um objeto

e, portanto, para ser o predicado de um juízo. Entende-se então que pensar é julgar, ou seja estabelecer relações entre as representações e reduzi-las a uma só unidade, de acordo com a determinação das funções da unidade do juízo, existirá a possibilidade de encontrar todas as funções do entendimento.

> Pode-se dizer, pois, que pensar é julgar, que dizer, estabelecer relações reduzi-las à unidade. Dessarte, mediante a determinação das funções da unidade dos juízos será possível encontrar todas as funções do entendimento.
> Os lógicos distinguem diferentes formas lógicas do juízo, segundo a quantidade, a qualidade, a relação e a modalidade. Inspirando-se nesta classificação dos lógicos, e tornando-a mais sistemática, Kant obtém o quadro seguinte: (PASCAL, 1977, p. 63)

I	II	IV	V
Quantidade dos Juízos	Qualidade	Modalidade	Relação
Universais Particulares Singulares	Afirmativo Negativos Infinitos	Problemáticos Assertóricos Apodíticos	Categóricos Hipotéticos Disjuntivos

Segundo Kant, (1724-1804), a lógica geral faz abstração de todo nosso conhecimento, porem ela espera que as representações lhe sejam dadas de qualquer parte, não importa de onde, já é lógica transcendental; "tem diante de si, a priori, um discurso da sensibilidade que é o oferecido a ela pela estética transcendental, para dar aos conceitos puros do entendimento uma matéria sem a qual eles não teriam conteúdo algum e, portanto, seriam inteiramente vazios" (CRP, B102). Ou seja, o espaço e o tempo contém uma diversidade de elementos da intuição pura, mas pertencem por igual a condicionalidade receptiva do nosso espirito. "A espontaneidade de nosso pensamento exige, no entanto, que esse de verso seja primeiramente, devem certo modo, percorrido, incorporado e conectado, para somente assim produzir-se um conhecimento. A esta ação eu denomino síntese" (CRP, B102).

> Em seu significado mais geral, porém, entendo por síntese a ação de somar diferentes representações umas às outras e abarcar a sua diversidade em um conhecimento. Tal síntese é pura quando o diverso é dado não empiricamente, mas sim a priori (como aquele no espaço e no tempo). Antes de qualquer análise de nossas representações, esta tem antes de ser dadas, e não pode surgir nenhum conceito, analiticamente, que seja relativo ao conteúdo. A síntese de um diverso, porém (seja ele dado empiricamente ou a priori), produz primeiramente um conhecimento que de fato, pode ser a princípio ainda cru e confuso e, os elementos para os conhecimentos e os unifica em um certo conteúdo; é ela, portanto, a primeira coisa a que devemos dirigir nossa atenção se queremos julgar sobre a primeira origem de nosso conhecimento (CRB, B103).

O conceito puro do entendimento e representado pela síntese pura, está síntese baseia-se fundamentalmente da unidade sintética a priori; "o nosso contar (isto é mais claramente notável e os números maiores) é uma síntese por conceitos porque acontece com base em um fundamento comum da unidade (por exemplo, a dezena) " (CRP, B104). Portanto do ponto de vista da lógica geral, diversas representações são reunidas sob um conceito; a lógica transcendental ao contrario coloca a síntese pura das representações sob conceitos; "A lógica transcendental descobre as formas a priori pelas quais se opera a síntese de uma multiplicidade dada na intuição" (PASCAL, 1977, p.65). Kant denomina conceitos puros do entendimento, ou categorias, a estas formas que impõem à intuição a unidade que se reencontra nos juízos. "A cada forma lógica do juízo corresponde, pois, um conceito puro do entendimento" (PASCAL, 1977, p.65). A síntese é que propriamente junta os elementos para o conhecimento e os reúne de uma maneira para poder dar-lhes conteúdo.

> A primeira coisa que nos tem a ser dada a priori, com vistas ao conhecimento de todos os objetos, é o diverso da intuição pura; a segunda é a síntese desse diverso por meio da imaginação, mas ainda não fornece um conhecimento. Os conceitos que dão unidade a essa síntese pura, e que consistem tão somente na representação dessa unidade sintética necessária, constituem a terceira coisa necessária para o conhecimento de um objeto apresentado e residem no entendimento (CRP, B104).

Conforme Kant, (1724-1804), a mesma função que dá unidade também à mera síntese de diferentes representações em uma intuição e, expressa em termos gerais, denomina-se conceito puro do entendimento; ou seja o entendimento exercendo as mesmas operações, virtude das quais dá aos conceitos a forma lógica de um juízo, através de uma unidade analítica, também introduz uma matéria transcendental em suas representações, através da unidade sintética dos elementos

diversos da intuição geral, denominando-se conceitos puros do entendimento, referindo-se a priori à objetos. "As categorias segundo as quais se estabelecem as referidas relações correspondem, pois, naturalmente, às formas lógicas do juízo" (PASCAL, 1977, p.65). Obtemos, assim, o seguinte esquema:

Da quantidade	Da qualidade	Da relação: de inerência e subsistência	Da modalidade: possibilidade-impossibilidade
Unidade Pluralidade Totalidade	Realidade Negação Limitação	De casualidade e dependência (causa e efeito) De comunidade (reciprocidade entre agente e paciente)	Existência - Não existência Necessidade – contingencia

Essa tábua de categorias, contem quatro classes de conceitos do entendimento, pode ser decomposta em duas divisões; "A primeira dirigida a objetos da intuição (tanto da pura como da empírica), a segunda à existência desses objetos (seja na relação de uns com os outros, seja na relação com o entendimento". (CRP, B110). Kant denomina a primeira classe de categorias matemáticas, e a segunda categorias dinâmicas, sendo que a primeira classe não tem correlatos, sendo que só pode ser encontrado na segunda classe não tem correlatos, sendo que só pode ser encontrado na segunda classe. Nas duas classes há um número igual de categorias em cada classe, traz em cada, caso que se reporta a uma reflexão, já que toda divisão a priori através de conceitos é uma dicotomia.

> Assim, a totalidade (totalidade) não é outra coisa senão a pluralidade considerada como unidade, a limitação não é senão a realidade ligada à negação; a comunidade é a causalidade de uma sustância na determinação das demais; a necessidade; por fim, não é senão a existência que é dada por meio da própria possibilidade. Não se pense, porém, que a terceira categoria seria por isso um conceito meramente derivado do entendimento, e4 não um originário. Pois a ligação do primeiro conceito com o segundo, para produzir o terceiro, exige um ato especifico do entendimento que não se confunde com aquele que é exercido no primeiro e no segundo conceitos. Assim, o conceito de um numero (que pertence à categoria de totalidade) não é sempre possível onde estão os conceitos de variedade e unidade (p.ex. na representação do inferido. Pelo fato de eu ligar o conceito de uma causa com o de uma substancia também não se pode compreender imediatamente a influência, e e... como uma substancia pode ser causa de algo em uma outra substancia. Fica claro, assim que um ato especifico do entendimento é exigido para isso, e assim também nas demais categorias (CRP, B111).

Como foi relatado no início do capitulo, Kant para encontrar as categorias a priori do entendimento parte; "Da atividade própria do entendimento (Verstand), que não é outra senão a de julgar (Urteitem) " (VIANA, 2013, p.41). Ou seja, ele faz uma dedução metafisica, primeiramente ele observa como o intelecto funciona, segundo; Kant extrai todo conteúdo do juízo para ficar apenas com a sua forma; terceiro; ele apresenta uma tabela de todos os tipos de juízo da logica formal e por último Kant estrai da tabela dos juízos uma Tabela das categorias que são as condições de possibilidade destes juízos. "Após descobrir as formas a priori ou categorias do intelecto, Kant as justifica através de uma dedução transcendental" (VIANA,2013, P.45). Kant tem como objetivo na dedução transcendental explica como "Esses conceitos podem referir- se a priori a objetos" (CRP, B117). A preocupação0 de Kant na dedução transcendental não é fundamentar cada uma das categorias, mas sem as categorias em geral, ele quer provar a objetividade das categorias, ou seja, ele tenta provar que as categorias não são apenas uma invenção de nossa subjetividade.

> O interessante é perguntar se haveria também conceitos puros sem os objetos da experiência. Kant afirma que, e epistemologicamente, os conceitos puros só são explicitados através dos objetos da experiência. Kant afirma que, e epistemologicamente, os conceitos puros só são explicitados através dos objetos da experiência, mas esses dependem sempre dos conceitos puros para serem compreendidos. Como os conceitos puros são a priori e os objetos são a posteriori, constituem os primeiros o fundamento de qualquer compreensão dos segundos. Ou seja, toda vez que um objeto se apresentar ao intelecto, será envolto pelos conceitos puros. Dessa forma, os conceitos puros, que são os "modi cogitandi"[1], transformam-se em "modi essendi"[2], uma vez que trazem consigo não somente um significado epistemológico, mas também ontológico (VIANA, 2013, p. 46).

Kant realiza a dedução transcendental em dois passos:

> O primeiro (§§ 15-20) trata do "Eu-transcendental" que constitui a condição última da unidade de todas as representações do "eu empírico" e das categorias do intelecto. O segundo passo (§§ 22-27) dado o limite do emprego das categorias, que só podem ser aplicadas aos objetos da "experiência possível" (VIANA, 2013, p. 46)

[1] Modi cogitandi – maneira de pensar.
[2] Modi essendi – níveis de existência.

No primeiro passo Kant fala o papel da Autoconsciência (Apperzeption ou Selbstbe-Wuntsein), o "Eu-transcendental. Kant afirma que a síntese das várias representações só pode ser feita pelo sujeito sendo que o intelecto uni

os deveres o das representações através das categorias sendo que quem realiza tal função é a autoconsciência que constitui a síntese de todas as sínteses feita pelo entendimento. "A autoconsciência é, portanto, a condição de possibilidade de qualquer síntese ou conhecimento dos objetos e constitui uma unidade transcendental que é o último grau das unidades feitas, seja pela sensibilidade, seja pelo intelecto" (VIANA, 2013, p.46). Segundo Kant a autoconsciência transcendental deve acompanhar toda e qualquer consciência dos objetos: "O eu penso tem de poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, seria em mm representado algo que não pode ser pensado de modo algum, o que significa simplesmente que: ou a representação seria impossível, ou ao menos não seria nada para mim (CRP, B133). Todo diverso da intuição, tem relação com o eu penso no sujeito onde esse diverso é encontrado. "O eu penso" é a representação irredutível que permanece igual a si mesma em todo representar junto com seus conteúdos diversos (HOFFE, 2005, p. 99); Kant denomina a representação irredutível "eu penso" a "unidade sintética originaria da apercepção.

> O "eu-penso" de Kant não se confunde com o "eu-psicológico" de um indivíduo concreto. Ele é "eu transcendental", idêntica em qualquer ser pensante, seja ele divino ou humano (a partir desse fato, surgirá o idealismo alemão. Começado por Fichte e Culminado em Hegel). O papel das categorias para esta unidade transcendental é fundamental. Elas constituem um estágio necessário da unidade última e, por isso também elas são "condições de possibilidade" de toda objetividade do conhecimento. Esse era exatamente a finalidade da dedução transcendental: provar a objetividade das categorias. Pensar forma, procura Kant superar o dualismo cartesiano entre subjetividade (res cogitans) e objetividade (res extensa), produzindo uma teoria em que a subjetividade tem validade objetiva. Na verdade, Kant não fará mais que alargar o abismo entre sujeito e mundo, como acusarão seus críticos (VIANA, 2013, p. 47).

Em seu segundo passo Kant afirma: "que não pode haver uma intuição sensível que não esteja submetida às categorias; não só a formação da teoria, mas já sua "base", a saber, a percepção, repousa na função universal das categorias (HOFFE, 2005, p.105); ou seja em seu segundo passo da dedução transcendental Kant procura provar que as categorias são limitadas à experiência possível. Kant mostra que: "As categorias se deixam empregar unicamente para à construção da

realidade objetiva" (HOFFE, 2005, p. 105). O raciocínio de Kant se desenvolve da seguinte forma em seu segundo passo da dedução transcendental:

> Nós não podemos pensar nenhum objeto senão por meio de categorias, nós não podemos conhecer nenhum objeto pensado senão por meio de intuições que correspondam àqueles conceitos. Ora, todas as nossas intuições são sensíveis, e este conhecimento, na medida em que seu objeto seja dado, é empírico, porém, é experiência. Consequentemente, nenhum conhecimento a priori nos é possível, a não ser apenas de objetos da experiência possível (CRP, B166).

Kant afirma que tanto as intuições puras como os conceitos puros do entendimento são elementos do conhecimento que se encontram a priori em nós. "Ao termino da dedução transcendental, Kant oferece esse resultado (§26): experiência e conhecimento mediante percepção conectada; as condições da possibilidade da conexão, isto é, da experiência são as categorias (B161) (HÖFFE, 2005, p.108). NO terceiro capitulo, que terá como título analítico dos princípios, Kant mostrará como as categorias tornam a experiência possível, e quais princípios da possibilidade da mesma as categorias fornecem em sua aplicação ao fenômeno.

4 ANALÍTICA DOS PRINCÍPIOS

A analítica dos princípios, que Kant coloca como segundo livro dentro da crítica da Razão Pura, visa mostrar, justamente, como se aplicam à experiência os princípios do entendimento. "É a explicitação do trabalho de constituição do real, desempenhado, de continuo, pelo entendimento". (PASCAL,2005, P.77). SEGUNDO Kant a analítica dos princípios será, somente um cânone para faculdade de julgar, ou seja, um cânone que a ensina a aplicar aos fenômenos os conceitos puros do entendimento, os quais contem a condição para regras a priori. "Se o entendimento em geral é defende como a faculdade das regras, a faculdade de julgar É então, a faculdade de subsumir sob regras, isto é, de distinguir se algo está sob uma dada regra (casus datal legis) ou não (CRP, B 172), ou seja, apreender um objeto de intuição como caso particular de um conceito, sendo que a analítica de um conceito,

sendo que a analítica dos princípios segundo Kant, é uma Doutrina transcendental do Juízo.

> Na verdade, a Analítica transcendental conte, depois da Analítica dos conceitos, um segundo livro, a "analítica dos princípios". Nela, Kant investiga uma terceira faculdade de conhecimento, o juízo, a saber, a faculdade de subsumir (conceitos do entendimento) sob conceitos. Torna-se possível a tarefa de subsunção por meio de uma nova classe de representações: os esquemas. Eles são um produto da imaginação (B17955.). E tem função mediadora entre a sensibilidade e o entendimento. Na primeira parte da analítica dos princípios Kant expõe os esquemas dos conceitos puros do entendimento e na segunda, os juízos sintéticos que se seguem dos conceitos que se seguem dos conceitos puros do entendimento sob a condição dos esquemas: são os princípios do entendimento puro (B175) (HÖFFE, 2005, p.109).

Segundo Kant a faculdade de julgar é um talento especial que certamente não pode ser ensinado, mas tem de ser exercitado. Um juiz, um médico, ou uma pessoa, que estude muito, pode ter todo o conhecimento especifico de sua determinada área em sua cabeça, porem podem facilmente se perderem em sua aplicação, por que pode está lhe faltando algo na faculdade de julgar, mesmo que não esteja lhe faltando no entendimento. "Esta é, aliais, a única e grande utilidade dos exemplos: aguçar a faculdade de julgar (CRP, B 173). A lógica geral não pode nos fornece repostas a faculdade de julgar, porem ao contrato, a lógica transcendental nos fornece tais respostas; "Parece ser uma de suas tarefas mais próprias a de corrigir a assegurar a faculdade de julgar, no uso do entendimento puro, por meio de determinadas regras (CRP, B174). A essa filosofia transcendental do juízo, Kant a divide em dois capítulos: um primeiro que trata da única condição sensível sob a qual os conceitos puros do entendimento podem ser utilizados; e um segundo que trata dois juízos sintéticos que sob tais condições, originam-se a priori dos conceitos puros do entendimento.

> É próprio à filosofia transcendental no entanto, que ela possa independentemente da regra (ou, melhor, da condição universal para as regras) que é dada no conceito puro do entendimento, indicar a priori também o caso a que ela deve aplicar-se. A razão do privilégio que ela tem nesse ponto, em relação a todas as demais ciências, didáticas (excetiva da matemática), repousa justamente no seguinte: ela lida com conceitos que devem referir-se a priori a seus objetos e, portanto, não podem ter sua validade objetiva estabelecida a posteriori, pois, embora isso pudesse manter intacta a dignidade dos mesmos, ela tem também de estabelecer, com características ao mesmo tempo gerais e suficientes, as condições sob as quais os objetos podem ser dados em concordância com tais conceitos;

> caso contrário, estes ficariam sem qualquer conteúdo e seriam meras formas logicas, e não conceitos puros de entendimento (CRP, B175).

4.1 O esquematismo dos conceitos puros do entendimento

O que torna imprescindível o esquematismo é a heterogeneidade das intuições empíricas e dos conceitos do entendimento. "Em todas as subsunções de um objeto sob um conceito, a representação do primeiro tem de ser homogênea, com o ultimo" (CRP, B 176), isto é o conceito tem que conter tudo quilo que é demonstrado no objeto. Porem de que maneira poderiam as intuições ser subsumidas de baixo de conceitos que nunca se encontrassem, eles mesmos, em alguma intuição? (PASCAL, 2005, p.77), já que os conceitos puros do entendimento são completamente heterogêneos relação as intuições empíricas e não podem nunca ser encontrados em uma intuição; por isso se faz necessário uma doutrina transcendental da faculdade do julgar, no intuito de mostrar e compreender a possibilidade de conceitos puros do entendimento serem aplicados a fenômenos em geral. "Se todos os conceitos necessitam de esquemas, porque é absolutamente necessária uma representação mediadora entre intuição e conceitos, pode haver mediações para conceitos puros, ou seja, os esquemas transcendentais (HÖFFE, 2005, p.111).

No entanto tem que haver um terceiro elementos que seja a homogêneo com as categorias de um lado e com os fenômenos do outro, para tornar possível a aplicação das primeiras aos últimos, tal representação Kant denomina: Esquema transcendental.

> A imaginação, no desdobramento de suas funções, tem por tarefa explicar a aplicabilidade das categorias às formas puras da intuição. Com efeito; a heterogeneidade das fontes do conhecimento torna problemática essa ligação do qual depende a estruturação a priori da experiência. É o "esquematismo transcendental", produto da imaginação pura, que está incumbido dessa difícil mediação. "Esquematismo" é tomado aqui em um sentido mais preciso que o da acepção corrente de esquematismos, a saber, uma simplificação aproximativa, entendida, o mais das vezes, em um sentido pejorativo. Trata-se de uma figuração, já que o "esquema" é um esboço que pode recobrir várias formas concretas, relacionando-se ao mesmo tempo com o "esquema" científico, pela redução ao essencial, e com o esboço feito a lápis por um pintor, que apreende em alguns traços um movimento, uma forma de conjunto, que permite antes de sua realização (THOUARD, 2001, P.72).

O esquematismo tem como intuito encontrar um elemento mediador pelo qual o sensível se torna homogêneo ao inteligível, permitindo compreender a maneira

pela qual os conceitos puros do entendimento, podem ser aplicados aos fenômenos em geral. "Este fator de mediação, Kant o descobre no tempo que por um lado, é universal e a priori e, por outro, se reencontra em toda representação empírica (PASCAL, 2005, p.78). Kant deduz que com clareza deve haver um terceiro termo que seja homogêneo à categoria, por um lado e ao fenômeno por outro, tornar-se assim possível a submissão das intuições aos conceitos. O tempo enquanto forma a priori é da mesma natureza das categorias; e como forma da sensibilidade, é da mesma natureza dos fenômenos; como toda aplicação da multiplicação sensível é dada no tempo, aplicação das categorias será uma determinação no tempo.

> No argumento de Kant o esquema garante a homogeneidade entre dois termos que são distintos: conceitos e fenômenos, mediante a ocorrência de um terceiro termo "tempo". Tempo e espaço são formas puras da intuição (representação). As formas são estados: os sentimentos, as emoções, ou seja, o modo como percebemos. O tempo tem destaque assegurado na argumentação kantiana por ser uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições. Somente nele é possível toda realidade dos fenômenos. O tempo e o espaço são, portanto, suas fontes de conhecimento das quais a priori deveras os conhecimentos sintéticos (SILVA, 2012, p.15-16).

O esquematismo responde, no entanto, a pergunta de Kant: de que maneira poderiam as intuições ser subsumidas de baixo de conceitos que nunca encontrassem, eles mesmos, em alguma intuição? (PASCAL, 2005, p.77); Kant afirma que esse termo deve ser puro, e ao mesmo tempo intelectual e sensível; tal é o esquema de se encontrar um elemento mediador, o qual Kant encontra no tempo. Porém segundo Kant o esquema e um mero produto da imaginação, sendo a imaginação considerada como espontaneidade, ou produtora, que se difere da imaginação reprodutora, esta será a faculdade, intermediária entre a sensibilidade e o entendimento, que produz tais determinações. Segundo Boutroux (1920, citado por PASCAL, 2005, p.78). "A imaginação traça a priori os quadros onde possam entrar os fenômenos e que indicam a categorias sob a qual estes devem ser arranjados".

> O esquema tem então de diferenciar-se da imagem. Se, pois, eu disponho cinco pontos um após o outro (...), isto é, uma imagem do número cinco. Se, pelo contrário, apenas penso um número em geral seja ele cinco ou cem, este pensamento é mais a representação de um método para representar um certo conceito em uma imagem, segundo uma quantidade (por exemplo, mil), do que essa imagem mesma que neste último caso eu teria grande dificuldade de examinar e comparar o conceito. A esta representação, pois, de um procedimento universal da imaginação para fornecer a um conceito a sua imagem, eu denomino o esquema do conceito (CRP, B180).

Os esquemas transcendentais não podem ser confundidos com meras imagens, Kant afirma que cinco pontos colocados uns depois dos outros nos dão uma imagem do número cinco; porém o esquema do número é a representação do meio pelo qual posso formar a imagem do número cinco ou de qualquer outro número. "O esquema não é, pois, uma imagem, nem um esboço de imagem, mas uma regra para formação de imagem" (PASCAL, 2005, p.78). O esquema é, pois, um método de construção.

> O máximo que podemos dizer é que imagem é um produto da faculdade empírica da imaginação produtiva, e que o esquema dos conceitos sensíveis, (como das figuras no espaço) é um produto e como que uma monograma da imaginação pura a priori, por meio do qual e segundo o qual as imagens se tornam primeiramente possíveis, embora tenham sempre de conectar-se ao conceito somente por meio do esquema que designam, não sendo nunca, em si mesmo, inteiramente congruentes com ele. O esquema do conceito puro do entendimento, pelo contrário, é algo que não pode ser trazido a uma imagem; ele é apenas a síntese pura, de acordo com juma regras da unidade segundo conceitos em geral, que a categoria expressa, e é um produto transcendental da imaginação que diz respeito à determinação do sentimento interno em geral, seguindo condições, de sua forma (no tempo), em relação a todas as representações, na medida em que estas deviam ser concatenas a priori em um conceito da apercepção (CRP, B181).

Kant apresenta os esquemas transcendentais de conceitos puros do entendimento em geral, apresentando-os segundo a ordem das categorias e em conexão com estas; O esquema da quantidade é o número, ou adição sucessiva de unidade a unidade; " A imagem pura de todas as quantidades (*quantorum*) do sentido externo é o espaço é a de todos os objetos dos sentidos em geral é o tempo (CRP, B182). O conteúdo do tempo é o esquema da qualidade; sendo que o tempo preenchido pela sensação correspondente à categoria da realidade; o tempo vazio corresponde à categoria da negação. " O ponto de vista da relação". (PAS CAL, 2005, p.79). O esquema da substância é a permanência real no tempo; o da causalidade, a simultaneidade regular e por fim as categorias da modalidade correspondem: a existência virtual no tempo (possibilidade), a existência no tempo (realidade), a existência no tempo (necessidade).

> Os esquemas, portanto, não são senão determinações a priori do tempo segundo regras, e estas valem, conforme a ordem das categorias, para a sequência do tempo, o conteúdo do tempo, a ordem do tempo e, finalmente, o conjunto completo do tempo, sempre no que diz respeito a todos os objetos possíveis (CRP, B180).

Portanto o esquema, "nos permite entender como as formas a priori do entendimento podem aplicar-se aos fenômenos (PASCAL, 2005, p.79). Assim, os esquemas dos conceitos puros do entendimento, são as únicas possibilidades para fornecer aos objetos um dignificado, e as categorias, não tem nenhum uso se não for no fim das contas um uso empírico possível. "O esquemismo do entendimento, através da síntese transcendental da imaginação, não diz respeito a nada senão à unidade do diverso da intuição no sentido interno, e, portanto, indiretamente, à unidade da apercepção como função que corresponde ao sentido interno a uma receptividade (CRP, B185). Resta-se expor agora, em ordem sistemática, os juízos que o entendimento produz realmente de forma a priori, ou seja, o sistema de todos os princípios do entendimento puro.

4.2. Os princípios do entendimento puro

O capítulo anterior tratamos do esquetismo e como este nos permite compreender como as formas a priori podem ser aplicar-se aos fenômenos; neste capitulo apresentaremos os juízos ao qual o entendimento pode produzir de forma a priori: " agora trataremos de apresentar, em uma ligação sistemática, os juízos que sob tais precauções críticas, o entendimento efetivamente produz a priori" (CRP, B188). De acordo com Kant a tabua das categorias, deve fornecer um critério puro, pois é tendo as categorias com referência a experiência possível que conheceremos todos os juízos puros que o entendimento produz de forma a priori. Tais princípios recebem esse nome não só porque são fundados de outros juízos, mas porque eles não são fundados de conhecimento mais elevados do que eles, porém essa característica não o exime de uma prova, pois ao contrário tal princípio seria: "uma mera afirmação enganosa" (CRP, B189); Kant aqui não se interessa pelos princípios da estética transcendental e nem pelos princípios da matemática, pois segundo Kant, não pertence ao campo por ele traçado para tal investigação.

> Os princípios são aqueles enunciados fundamentais sobre a realidade, que são possíveis ainda antes de toda experiência; eles representam o ultimo grau na teoria transcendental de constituição da experiência e formam o ápice " construtivo" da crítica da razão teórica" (HÖFFE, 2005, p.118)

Segundo Höffe os princípios têm uma grande importância tanto na história da filosofia como na perspectiva sistemática, pois tratam de problemas que são centrais já para o saber comum, e então para as ciências particulares e para a filosofia, como no caso da permanência da substância e do princípio da causalidade.

> Além disso, os princípios se ocupam de um processo tão radical como o da matematização moderna das ciências naturais; pense-se, por exemplo, nas leis dos planetas de Kepler, nas leis da gravitação de Galilei, e sobretudo, no sistema da mecânica teórica de Newton. Segundo os axiomas da intuição e das antecipações da percepção, não é por acaso que os cientistas das ciências naturais recorrem à matemática é a forma imprescindível de todo conhecimento objetivo da natureza. Com isso, Kant só permite esta alternativa; ou há ciência natural matemática ou não há nenhuma; uma investigação (ainda) não matemática da natureza não é, para ele, uma ciência (rigorosa) (Höffe, 2005, p.119).

Existe vários argumentos contra a tese Kantiana de que não há verdadeira ciência sem matemática; dentre elas temos uma biologia desde Aristóteles; a "marcha triunfal da técnica", porem segundo Kant nenhuma dessas ciências cumpre o seu critério Kantiano de ciência autentica, ou seja, a necessidade rigorosa. No sistema dos princípios do entendimento puro Kant refere-se ao problema das categorias na sua relação à experiência possível, e essa referência das categorias na sua referência das categorias à experiência possível que deverá construir todo o conhecimento a priori do entendimento, sendo que a relação das categorias a sensibilidade irá expor sistematicamente todos os princípios transcendentais do uso do nosso entendimento.

> Kant coloca que a questão fundamental a ser perseguida é a exposição do sistema de todos os princípios do entendimento puro e esta é a exposição se fará exequível na medida em que ficar para determinada aplicação dos conceitos puros à intuição empírica. Constitui-se como tarefa, conforme insistentemente está sinalizado, que o problema consiste em ter que explicar como aplicar as categorias pura à materialidade da percepção. A dificuldade já mencionada vai ser, portanto, a de mostrar como se realiza a relação entre coisas heterogêneas, configurando-se o tempo da estruturação do argumento (SILVA, 2012, p. 17)

Segundo Flávio de Oliveira Silva, no caso dos Juízes sintéticos a priori trata-se de predicação, isto é, determinações do objeto da estrutura do sujeito, portanto são quadros a priori necessários e universais na percepção do sujeito. Essas determinações são a priori, antes da experiência, mas tendo em vista a experiência.

Conforme já aludimos, espaço e tempo são as tais formas da intuição sensível e é por causa de tais formas que Kant atribui o caráter a priori do conhecimento.

4.2.1. Do princípio supremo de todos os juízos analíticos

Neste tópico Kant pretende demonstrar que o princípio de todos os juízes analíticos, não é, um princípio que deve ser investigo, quando se trata de estabelecer o conhecimento acerca do objeto, mas sim em: "discorrer acerca dos juízos analíticos tem dois propósitos: 1 – mostrar que os juízos analíticos não pode ser entendido como critério de determinação dos juízos sintéticos a priori e; 2 – mostrar que a tradução incorre num equivoco por não distinguir os juízos analíticos dos juízos sintéticos" (SILVA, 2012, p.28). Sendo deste modo Kant pretende adentrar e explicar o princípio supremo de todos os juízos analíticos. Em relação aos juízos analíticos Kant afirma que o princípio supremo de todos os juízos analíticos e o princípio de contradição. Denomina-se princípio de contradição, pois, à proposição "nenhum predicado que contradiga uma coisa pode aderir a ela", e se trata de um critério universal, ainda negativo, de toda verdade. (CRP, B 190). Esse princípio de contradição, o qual serve de critério de verdade, unicamente para a lógica geral, que é a lógica que trata do conhecimento independente do conteúdo existente. Caso não observamos tal princípio o conhecimento quanto sua forma não existe.

> Pois, à proposição "nenhum predicado que contradiga uma coisa pode aderir a ela", e se trata de um critério universal, ainda que negativo, de toda verdade. Também por isso, porem pertence apenas à lógica, já que vale para os conhecimentos apenas enquanto conhecimentos, independentemente de seu conteúdo, e diz que a contradição os suprime e aniquila inteiramente. (CRP, B190).

Ao afirmar isso Kant considera que o princípio de contradição não pode ser aplicado como um determinante para o conhecimento produzido no objeto, pois não é apenas a forma que está em questão o conteúdo do objeto também está.

> Ocorre que o princípio de contradição, como um princípio meramente lógico, não pode limitar o seu enunciado às relações de tempo, e por isso tal formula é inteiramente contraria ao propósito do mesmo. O mal-entendido, decorre basicamente do seguinte: começa-se por separar o predicado de uma coisa de seu conceitue, e em seguida se conecta a esse predicado o seu oposto, o qual nunca entra em contradição com o sujeito, mas apenas com seu predicado, que fora ligado a ele sinteticamente, e isto apenas quando o primeiro e o segundo predicado são postos simultaneamente. Se

> digo que um homem inculto é não culto, tem de estar presente a condição "ao mesmo tempo". Pois quem é inculto em um dado momento pode perfeitamente torna-se culto em outro. Se digo, porém, que nenhum homem inculto é culto, então a proposição é analítica, pois a característica (da incultura) constitui desde logo o conceito do sujeito; e a preposição negativa decore imediatamente do princípio de contradição, sem que a condição "ao mesmo tempo" tenha de apresentar-se (CRP, B193).

Quando Kant considera não só a forma do objeto, mas seu conteúdo pressupõe considerar este objeto no tempo e no espaço, neste caso trata-se aí de um conhecimento sintético, sendo que o princípio de contradição não é suficiente para determinar a verdade da proposição; "pois podemos verificar a contradição de um enunciado num tempo, mas em outro não" (SILVA, 2012, p.19). O princípio da contradição serve apenas para o juízo analítico, mas não para o juízo sintético, portanto: "se um enunciado faz menção ao tempo, não se trata, então, de juízo analítico e sim de um juízo sintético e, neste caso, o princípio de contradição não sustenta sua supremacia" (SILVA, 2012, p.19).

> Disso se conclui que o conhecimento metafisico e cada conhecimento geral objetivo e sintético, exigem uma fundamentação que não é o princípio de contradição, de modo que outros princípios devem ser estabelecidos, haja vista que a lógica geral não pode ser a ciência fundamental da metafisica, e assim o princípio de contradição não é um princípio da metafisica. Em outras palavras tem-se que o puro pensar não pode ser o tribunal da determinação objetividade do objeto (SILVA,2012, p.20).

4.2.2. Do princípio supremo de todas os juízos sintéticos

Na exposição desse tópico Kant tem em mente: "encaminhar devidamente a questão do conhecimento na direção central em que espera de fato dar conta da proposta delineada como crítica da razão pura" (SILVA, 2012, p.20); ou seja, Kant tenta explicar a possibilidade da aplicação de juízos sintéticos.

> A explicação da possibilidade dos juízos sintéticos é uma tarefa com que a lógica geral não tem de preocupar-se, e não precisa sequer conhecer seu nome. Em uma lógica transcendental, no entanto, ela é o assunto mais importante de todos, se não o único, como ocorre quando se discute a possibilidade de juízos sintéticos a priori, ou as condições e o alcance de sua validade. Pois com o termino de tal tarefa ela pode considerar-se inteiramente satisfeita quando a seu fim, a qual seja, a determinação do alcance e dos limites do entendimento puro (CRP, B194.

Kant, se refere aqui a termos anteriores na crítica da razão pura, como por exemplo a lógica transcendental. "Kant já assegurou que o puro pensar sem levar em conta a experiência possível, não pode ser tribunal da determinação da objetividade do objeto, de modo que a metafisica por sua vez, não trata de conhecimento analíticos, mas de conhecimento sintético" (SILVA, 2012, p. 21). Kant quer trabalhar uma nova forma do pensar e do julgar e com isso ele cria uma nova lógica, que passa resolver suas indagações, nasce assim com Kant a lógica transcendental, ou seja, a lógica da verdade. "Kant chama de lógica transcendental esse pensar que se concebe na sua relação com o objeto" (SILVA, 2012, p.21). A lógica transcendental cuida particularmente dos juízos sintéticos a priori, pois é nesses juízos que está a base de todo o conhecimento, sendo tarefa primordial da lógica transcendental esclarecer a possibilidade de juízos sintéticos a priori.

> A explicação da possibilidade dos juízos sintéticos é uma tarefa que a lógica geral não tem nada de preocupar-se e não precisa se quer conhecer o seu nome. Em uma lógica transcendental, no entanto ela é assunto mais importante de todos, se não o único, como ocorre quando se discute a possibilidade de juízos sintéticos a priori, ou as condições e o alcance de sua validade. Pois como termino de tal tarefa ela pode considerar-se inteiramente satisfeita quanto a seu fim, qual seja, a determinação do alcance e dos limites do entendimento puro (CRP, B 193).

De acordo com o pensamento Kantiano, nos juízos sintéticos, porém, devo sair do conceito dado para considerar, em relação com ele, algo inteiramente diverso do que era nele pensado; uma relação, portanto, que não é nem de identidade nem de contradição, e na qual não pode ser observada nem a verdade nem a falsidade do juízo em si mesmo. Essa relação de diferença entre o objeto e o conceito e a colocação justamente com o conceito, do objeto sob a forma de representação numa intuição pensante, a síntese, como se dar essa relação Kant tenta expressar através dos axiomas da intuição, antecipações das percepções e analógicas à experiência.

> É a possibilidade da experiência, portanto, que fornece realidade objetivas a todos os nossos conhecimentos a priori. A experiência, porém, baseia-se na unidade sintética dos fenômenos, isto é, em uma síntese, segundo sem a qual ela não seria jamais conhecimento, mas uma rapsódia de percepções que não se juntaram jamais em um contexto segundo regras de uma (possível) consciência integralmente conectada, nem, portanto em uma unidade, transcendental e necessária da apercepção.

Kant nesta estruturação, "considera dar a conhecer a representação sistemática de todos os princípios sintéticos do entendimento puro" (SILVA, 2012,

P.22). Assim a crítica da razão pura chega ao seu real objetivo que é determinar a essência do conhecimento humano de sua verdade e de seu objeto. "Assim, o principio supremo de todos os juízos sintéticos a priori é: todo objeto está subordinado às condições necessárias da unidade sintética do diverso da intuição em uma experiência ao possível" (CRP, B 197). Portanto de acordo com Kant os juízos sintéticos a priori são possíveis, dessa maneira, se relacionamos a um possível conhecimento empírico em geral, as condições formais da intuição a priori, a síntese da imaginação e a unidade necessária desta última em uma apercepção transcendental, sendo que as condições de possibilidade da experiência de um modo geral, são ao mesmo tempo, as condições de possibilidade dos objetos na experiência, por isso tem essa validade objetiva em juízo sintético a priori. No próximo tópico Kant demonstrará, numa representação sistemática, todos os princípios sintéticos do entendimento puro, de modo a expor tudo o que torna o objeto em objeto de acordo com a exposição de sua conexão interna.

4.2.3 Representação sistemática dos princípios sintéticos do entendimento puro

Observamos que no final e no início da terceira secção da analítica dos princípios temos a demonstração que o entendimento puro, não é somente quem tem o poder das regras em relação ao que acontece, " mas também a fonte dos princípios os segundo os quais tudo (que pode apresentar-se a nós como objeto) se subordina necessariamente a regras" (CRP, B198). Segundo o pensamento Kant ano sem estas regras nunca se poderia atribuir aos fenômenos o conhecimento dos objetos a eles correspondentes. Kant afirma que tal conhecimento possui duas veias, ou seja, é duplo. "Ele pressupõe a ligação do entendimento e da sensibilidade para determinação do objeto. O objeto enquanto objeto é determinado pela unidade do que é intuído na intuição e do que é pensado o pensamento (SILVA, 2012, P.22). Pelo que já foi relatado, fica claro que Kant, não adota, o princípio de contradição como princípio supremo de todos os juízos.

> Deve-se atentar que os princípios supremos não podem ir buscar sua fundamentação no próprio objeto, através da experiência, pois tais princípios que possibilitam a objetividade do objeto, mas também esses princípios não podem ser fundados a partir de o puro pensar, pois que são princípios do próprio objeto (SILVA, 2012, P.23).

Segundo Kant o entendimento é, ele próprio, que produz os princípios. " A referência ao entendimento aqui, deve ser concebida como um representar que se relaciona com o objeto, isto é, como um ligar representações" (PASCAL, 2005, p. 81), ou seja o entendimento estabelece uma relação com o objeto, ao qual representa. Cada ligação do sujeito com o predicado, é uma ligação determinante, o seja, "cada tipo de ligação entre sujeito e o predicado no ato de julgar tem como perspectiva diretriz o representar de uma unidade" (SILVA, 2012, p.23). Portanto Kant acredita ter provado que entendimento é a fonte dos princípios, sendo que esses princípios são a origem de todas nossas possibilidades em relação ao objetivo.

Kant dar universalidade do sistema dividindo em quatro grupos: 1. Axioma da intuição, que tem como princípio que todas as intuições são quantitativas extensivas; 2. Antecipações da percepção, que tem como princípio que todos os fenômenos o real, que é um objeto da sensação, tem quantidade intensiva, isto é, um grau; 3. Analogia das experiências, que tem como princípio que a experiência só é possível por meio da representação de uma conexão das percepções, e por último; 4. Os postulados do pensamento empírico em geral, que se divide em três postulados: 1) O que concorda coma as condições formais da experiência (conforme à intuição e aos conceitos) é possível; 2) O que se concatena com as condições materiais da experiência (da sensação) é real; 3). Aquilo cuja concatenação com o real é determinada segundo condições universais da experiência é necessário (existe necessariamente). Tais princípios funcionam como as condições de objetualidade do objeto.

REFERÊNCIAS

CAYGIU, Howard. **Dicionário de Kant.** Tradução de Álvaro Cobral; revisão técnica de Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zohard Ed., 2000.

COBRA, Rubem Queiroz. Immanuel Kant: Vida, Filosofia e Obas de Immanuel Kant. **Cobra Pages,** Brasília, DF, n.02, 1997. Disponível em: www.cobra.pages.com.br. Acesso em: 28/10/2015.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant.** Tradução de Sônia Dantas Pinto Guimalhães. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Tópicos).

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** Tradução de Fernando Costa Mattos. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Pensamento Humana).

LEITE, Flamarion Tavares. **10 Lições sobre Kant.** 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção 10 lições).

PASCAL, Georges. **Compreender Kant.** Introdução e tradução de Raimundo Vier. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** do humanismo a Kant. 8º Ed. São Paulo: Paulus, 2007, v. 2. (Filosofia).

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

THOUARD, Denis. **Kant.** Tradução de Tessa Moura Lacerda. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. (Figuras do Saber).

VIANA, Wellitony Carvalho. **Filosofia e Teologia em Foco.** Estudo sobre o a priori formal kantiano. 1 ed. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2013.

SILVEIRA, Fernando Long. A Teoria do Conhecimento: o Idealismo Transcendental. **Periódico,** Porto Alegre, RS, 2002. Disponível em: <www.if.ufrgd.br> lang> textos>. Acesso em: 27/10/2015.

SIWA, Flávio Oliveira. **Considerações acerca da Analítica dos princípios de Kant.** Paraíba, PB, 2012. Disponível em: <www.dialnet.unirioja>. es descarg> articulo>. Acesso em: 29/10/2015.